



1



2



DIREITO ADMINISTRATIVO

SEMANA ESPECIAL OAB

PROF. IGOR MACIEL

3

APRESENTAÇÃO DO PROFESSOR

Igor Maciel

Advogado. Mestre em Direito pelo UNICEUB/DF.



profigormaciel@gmail.com



@ Prof Igor Maciel



@ Prof. Igor Maciel

4



TEMAS TRABALHADOS

- Serviços públicos;
- PPP;
- Controle da Administração Pública;
- Lei de Acesso à Informação;
- Licitação Inexigível X Dispensável;
- Desapropriação;



Semana Especial OAB



@Prof Igor Maciel



5

SERVIÇOS PÚBLICOS



SERVIÇOS PÚBLICOS



@Prof Igor Maciel

6



SERVIÇOS PÚBLICOS

- Não possui um conceito estático;
- Maria Sylvia Di Pietro
“Serviço público é toda atividade material que a lei atribui ao Estado para que a exerça diretamente ou por meio de seus delegados, com o objetivo de satisfazer concretamente às necessidades coletivas, sob regime jurídico total ou parcialmente de direito público.”
- Carvalho Filho
“Serviço público é toda atividade prestada pelo Estado ou por seus delegados, basicamente sob regime de direito público, com vistas à satisfação de necessidades essenciais e secundárias da coletividade.”



SERVIÇOS PÚBLICOS



@Prof Igor Maciel

7



SERVIÇOS PÚBLICOS

- Concessão Comum
- Lei 8.987/95
- Quais os conceitos?



SERVIÇOS PÚBLICOS



@Prof Igor Maciel

8



SERVIÇOS PÚBLICOS

- ❑ Art. 2o Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:
 - ❑ I - poder concedente: a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município, em cuja competência se encontre o serviço público, precedido ou não da execução de obra pública, objeto de concessão ou permissão;



SERVIÇOS PÚBLICOS



@Prof Igor Maciel



9



SERVIÇOS PÚBLICOS

- ❑ II - concessão de serviço público: a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado;
- ❑ III - concessão de serviço público precedida da execução de obra pública: a construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de interesse público, delegada pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para a sua realização, por sua conta e risco, de forma que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado mediante a exploração do serviço ou da obra por prazo determinado;



SERVIÇOS PÚBLICOS



@Prof Igor Maciel



10



SERVIÇOS PÚBLICOS

- Quem são as partes do contrato?
- Qual a modalidade de licitação?



SERVIÇOS PÚBLICOS



@Prof Igor Maciel

11



SERVIÇOS PÚBLICOS

- Quais as características do serviço público mais cobradas na prova da OAB?

Art. 6º Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.

§ 1º Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.



SERVIÇOS PÚBLICOS



@Prof Igor Maciel

12



SERVIÇOS PÚBLICOS

- ☐ Formas de **extinção** dos contratos de concessão
 - Advento do termo contratual;
 - Encampação;
 - Caducidade;
 - Rescisão;
 - Anulação; e
 - Falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual.



SERVIÇOS PÚBLICOS



@Prof Igor Maciel

13



SERVIÇOS PÚBLICOS

- ☐ Formas de **extinção** dos contratos de concessão
 - Advento do termo contratual:
 - ✓ Forma mais natural;
 - ✓ Fim do prazo contratual determinado.
 - ✓ Pode gerar direito de indenização para o concessionário, relativamente à investimentos que houver realizado nos bens reversíveis.



SERVIÇOS PÚBLICOS



@Prof Igor Maciel

14



SERVIÇOS PÚBLICOS

- Formas de **extinção** dos contratos de concessão
 - Encampação:
 - ✓ Artigo 37, Lei 8.987

Art. 37. Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, na forma do artigo anterior.

- Interesse da Administração em retomar o serviço, em razão do interesse público.
- Lei autorizativa específica e pagamento prévio da indenização.



SERVIÇOS PÚBLICOS



@Prof Igor Maciel

15



SERVIÇOS PÚBLICOS

- Formas de **extinção** dos contratos de concessão
 - Rescisão:
 - ✓ Iniciativa do concessionário;
 - ✓ Descumprimento contratual pelo poder concedente;
 - ✓ Depende de ação judicial;



SERVIÇOS PÚBLICOS



@Prof Igor Maciel

16



SERVIÇOS PÚBLICOS

- ☐ Formas de **extinção** dos contratos de concessão
 - Anulação:
 - ✓ Extinção do contrato de concessão por motivo de ilegalidade ou ilegitimidade;
 - ✓ Quem deu causa deve ser responsabilizado;



SERVIÇOS PÚBLICOS



@Prof Igor Maciel

17



SERVIÇOS PÚBLICOS

- ☐ Formas de **extinção** dos contratos de concessão
 - Falência ou extinção da concessionária:
 - ✓ Entendimento doutrinário que é uma extinção de pleno direito, independente de ato decisório da Administração;



SERVIÇOS PÚBLICOS



@Prof Igor Maciel

18

SERVIÇOS PÚBLICOS

☐ Caducidade:

- ✓ Ocorre em razão da inexecução total ou parcial do contrato pelo concessionário

Art. 38. A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do poder concedente, a declaração de caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais, respeitadas as disposições deste artigo, do art. 27, e as normas convencionadas entre as partes.

§ 1o A caducidade da concessão poderá ser declarada pelo poder concedente quando:

I - o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço;

II - a concessionária descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão;



SERVIÇOS PÚBLICOS

@Prof Igor Maciel

19

SERVIÇOS PÚBLICOS

III - a concessionária paralisar o serviço ou concorrer para tanto, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior;

IV - a concessionária perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido;

V - a concessionária não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos;

VI - a concessionária não atender a intimação do poder concedente no sentido de regularizar a prestação do serviço; e

VII - a concessionária não atender a intimação do poder concedente para, em 180 (cento e oitenta) dias, apresentar a documentação relativa a regularidade fiscal, no curso da concessão, na forma do [art. 29 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#).



SERVIÇOS PÚBLICOS

@Prof Igor Maciel

20


SERVIÇOS PÚBLICOS
 @Prof Igor Maciel

SERVIÇOS PÚBLICOS

- ☐ Caducidade:
 - ✓ Previamente à decretação da caducidade, devem ser observadas as seguintes formalidades:
 1. Antes de se instaurar o procedimento administrativo, o concessionário deve ser comunicado quanto ao descumprimento contratual que poderá dar motivo à decretação da caducidade, concedendo-lhe um prazo para sanar a irregularidade;
 2. Não sanada a irregularidade, aí sim se instaura o devido procedimento administrativo, por meio do qual se abre ao concessionário o contraditório e a ampla defesa;
 3. Constatada a inadimplência, a caducidade deve ser imposta por decreto do poder concedente.

21


SERVIÇOS PÚBLICOS
 @Prof Igor Maciel



SERVIÇOS PÚBLICOS

- ☐ Parcerias Público-privadas (PPP)
 - Contraprestação pecuniária;
 - Compartilhamento de riscos;

22



SERVIÇOS PÚBLICOS

- ❑ Parcerias Público-privadas (PPP)
 - Modalidades:
 - ✓ **Patrocinada** – concessionário remunerado pela tarifa paga pelos usuários e pela contraprestação pecuniária do parceiro público.
 - ✓ **Administrativa** – remuneração feita totalmente pelo Poder Público, sem tarifas do usuário.



SERVIÇOS PÚBLICOS



@Prof Igor Maciel

23



SERVIÇOS PÚBLICOS

- ❑ Parcerias Público-privadas (PPP)
 - Restrições:
 - ✓ **Valor:** não pode ser inferior a R\$10.000.000,00
 - ✓ **Tempo:** mínimo de 5 anos e máximo de 35 anos (incluindo eventual prorrogação);
 - ✓ **Matéria:** não é cabível PPP que tenha como objeto único o fornecimento de mão-de-obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.
 - ✓ Área de **atuação:** não pode ser utilizada para delegação das atividades de poder de polícia, regulação, jurisdicional e de outras atividades exclusivas do Estado.



SERVIÇOS PÚBLICOS



@Prof Igor Maciel

24

FGV - OAB UNI NAC/OAB/XIV EXAME/2014

Caso o Estado delegue a reforma, manutenção e operação de uma rodovia estadual à iniciativa privada, com a previsão de que a amortização dos investimentos e a remuneração do particular decorram apenas da tarifa cobrada dos usuários do serviço, estaremos diante de uma

- a) concessão de obra pública.
- b) concessão administrativa.
- c) concessão patrocinada.
- d) concessão de serviço público precedida da execução de obra pública.

FGV - OAB UNI NAC/OAB/XIV EXAME/2014

Caso o Estado delegue a reforma, manutenção e operação de uma rodovia estadual à iniciativa privada, com a previsão de que a amortização dos investimentos e a remuneração do particular decorram apenas da tarifa cobrada dos usuários do serviço, estaremos diante de uma

- a) concessão de obra pública.
- b) concessão administrativa.
- c) concessão patrocinada.
- d) concessão de serviço público precedida da execução de obra pública.**

FGV - OAB UNI NAC/OAB/XX EXAME/2016

Determinada empresa apresenta impugnação ao edital de concessão do serviço público metroviário em determinado Estado, sob a alegação de que a estipulação do retorno ao poder concedente de todos os bens reversíveis já amortizados, quando do advento do termo final do contrato, ensejaria enriquecimento sem causa do Estado.

Assinale a opção que indica o princípio que justifica tal previsão editalícia.

- a) Desconcentração.
- b) Imperatividade.
- c) Continuidade dos Serviços Públicos.
- d) Subsidiariedade.

FGV - OAB UNI NAC/OAB/XX EXAME/2016

Determinada empresa apresenta impugnação ao edital de concessão do serviço público metroviário em determinado Estado, sob a alegação de que a estipulação do retorno ao poder concedente de todos os bens reversíveis já amortizados, quando do advento do termo final do contrato, ensejaria enriquecimento sem causa do Estado.

Assinale a opção que indica o princípio que justifica tal previsão editalícia.

- a) Desconcentração.
- b) Imperatividade.
- c) Continuidade dos Serviços Públicos.**
- d) Subsidiariedade.



FGV - OAB UNI NAC/OAB/XVI EXAME/2015

Após fortes chuvas, devido ao enorme volume de água, parte de uma rodovia federal sofreu rachaduras e cedeu, tornando necessária a interdição da pista e o desvio do fluxo de tráfego até a conclusão das obras de reparo. A exploração da rodovia havia sido concedida, mediante licitação, à sociedade empresária “Traffega”, e esta não foi capaz de lidar com a situação, razão pela qual foi decretada a intervenção na concessão.



FGV - OAB UNI NAC/OAB/XVI EXAME/2015

Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

- a) A intervenção somente pode ser decretada após a conclusão de processo administrativo em que seja assegurada a ampla defesa.
- b) A administração do serviço será devolvida à concessionária, cessada a intervenção, se não for extinta a concessão.
- c) A intervenção decorre da supremacia do interesse público sobre o privado e dispensa a instauração de processo administrativo.
- d) A intervenção é causa obrigatória de extinção da concessão e assunção do serviço pelo poder concedente.

FGV - OAB UNI NAC/OAB/XVI EXAME/2015

Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

- a) A intervenção somente pode ser decretada após a conclusão de processo administrativo em que seja assegurada a ampla defesa.
- b) A administração do serviço será devolvida à concessionária, cessada a intervenção, se não for extinta a concessão.**
- c) A intervenção decorre da supremacia do interesse público sobre o privado e dispensa a instauração de processo administrativo.
- d) A intervenção é causa obrigatória de extinção da concessão e assunção do serviço pelo poder concedente.



31

FGV - OAB UNI NAC/OAB/XVIII EXAME/2015

Após dezenas de reclamações dos usuários do serviço de transporte metroviário, o Estado Y determinou a abertura de processo administrativo para verificar a prestação inadequada e ineficiente do serviço por parte da empresa concessionária. Caso se demonstre a inadimplência, como deverá proceder o poder público concedente?

- a) Declarar, por decreto, a caducidade da concessão.
- b) Declarar, por decreto, a encampação do serviço.
- c) Declarar, por decreto, após lei autorizativa, a revogação da concessão.
- d) Declarar, por lei, a anulação do contrato de concessão.



32

FGV - OAB UNI NAC/OAB/XVIII EXAME/2015

Após dezenas de reclamações dos usuários do serviço de transporte metroviário, o Estado Y determinou a abertura de processo administrativo para verificar a prestação inadequada e ineficiente do serviço por parte da empresa concessionária. Caso se demonstre a inadimplência, como deverá proceder o poder público concedente?

- a) **Declarar, por decreto, a caducidade da concessão.**
- b) Declarar, por decreto, a encampação do serviço.
- c) Declarar, por decreto, após lei autorizativa, a revogação da concessão.
- d) Declarar, por lei, a anulação do contrato de concessão.

FGV - OAB UNI NAC/OAB/XXI EXAME/2016

Uma autarquia federal divulgou edital de licitação para a concessão da exploração de uma rodovia que interliga diversos Estados da Federação. A exploração do serviço será precedida de obras de duplicação da rodovia. Como o fluxo esperado de veículos não é suficiente para garantir, por meio do pedágio, a amortização dos investimentos e a remuneração do concessionário, haverá, adicionalmente à cobrança do pedágio, contraprestação pecuniária por parte do Poder Público.

Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

- a) Trata-se de um exemplo de parceria público-privada, na modalidade concessão administrativa.
- b) Trata-se de um consórcio público com personalidade de direito público entre a autarquia federal e a pessoa jurídica de direito privado.
- c) Trata-se de um exemplo de parceria público-privada, na modalidade concessão patrocinada.
- d) Trata-se de um exemplo de consórcio público com personalidade jurídica de direito privado.

FGV - OAB UNI NAC/OAB/XXI EXAME/2016

Uma autarquia federal divulgou edital de licitação para a concessão da exploração de uma rodovia que interliga diversos Estados da Federação. A exploração do serviço será precedida de obras de duplicação da rodovia. Como o fluxo esperado de veículos não é suficiente para garantir, por meio do pedágio, a amortização dos investimentos e a remuneração do concessionário, haverá, adicionalmente à cobrança do pedágio, contraprestação pecuniária por parte do Poder Público.

Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

- a) Trata-se de um exemplo de parceria público-privada, na modalidade concessão administrativa.
- b) Trata-se de um consórcio público com personalidade de direito público entre a autarquia federal e a pessoa jurídica de direito privado.
- c) Trata-se de um exemplo de parceria público-privada, na modalidade concessão patrocinada.**
- d) Trata-se de um exemplo de consórcio público com personalidade jurídica de direito privado.



SERVIÇOS PÚBLICOS

 @Prof Igor Maciel

35

FGV - OAB UNI NAC/OAB/XIX EXAME/2016

A União divulgou edital de licitação para a contratação de parceria público-privada, para a reforma e gestão de um presídio federal, na modalidade concessão administrativa.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- a) A concessão administrativa envolve, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.
- b) A contratação de parceria público-privada somente pode ser realizada para contratos com valor igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).
- c) Considerando se tratar de concessão administrativa, o prazo máximo de vigência do contrato é de 20 anos.
- d) Não é possível a contratação de parceria público-privada que envolva a execução de obra pública.



SERVIÇOS PÚBLICOS

 @Prof Igor Maciel

36

FGV - OAB UNI NAC/OAB/XIX EXAME/2016

A União divulgou edital de licitação para a contratação de parceria público-privada, para a reforma e gestão de um presídio federal, na modalidade concessão administrativa.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- a) A concessão administrativa envolve, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.
- b) A contratação de parceria público-privada somente pode ser realizada para contratos com valor igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).**
- c) Considerando se tratar de concessão administrativa, o prazo máximo de vigência do contrato é de 20 anos.
- d) Não é possível a contratação de parceria público-privada que envolva a execução de obra pública.

FGV - OAB UNI NAC/OAB/XXV EXAME/2018

A União celebrou com a empresa Gama contrato de concessão de serviço público precedida de obra pública. O negócio jurídico tinha por objeto a exploração, incluindo a duplicação, de determinada rodovia federal. Algum tempo após o início do contrato, o poder concedente identificou a inexecução de diversas obrigações por parte da concessionária, o que motivou a notificação da contratada. Foi autuado processo administrativo, ao fim do qual o poder concedente concluiu estar prejudicada a prestação do serviço por culpa da contratada.

FGV - OAB UNI NAC/OAB/XXV EXAME/2018

Com base na hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

- a) O contrato é nulo desde a origem, eis que a concessão de serviços públicos não pode ser precedida da execução de obras públicas.
- b) O poder concedente pode declarar a caducidade do contrato de concessão, tendo em vista a inexecução parcial do negócio jurídico por parte da concessionária.
- c) O poder concedente deve, necessariamente, aplicar todas as sanções contratuais antes de decidir pelo encerramento do contrato.
- d) O processo administrativo tem natureza de inquérito e visa coletar informações precisas dos fatos; por isso, não há necessidade de observar o contraditório e a ampla defesa da concessionária.

FGV - OAB UNI NAC/OAB/XXV EXAME/2018

Com base na hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

- a) O contrato é nulo desde a origem, eis que a concessão de serviços públicos não pode ser precedida da execução de obras públicas.
- b) O poder concedente pode declarar a caducidade do contrato de concessão, tendo em vista a inexecução parcial do negócio jurídico por parte da concessionária.**
- c) O poder concedente deve, necessariamente, aplicar todas as sanções contratuais antes de decidir pelo encerramento do contrato.
- d) O processo administrativo tem natureza de inquérito e visa coletar informações precisas dos fatos; por isso, não há necessidade de observar o contraditório e a ampla defesa da concessionária.

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



Controle da Administração Pública

@Prof Igor Maciel

41



CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- Controle Interno – Realizado pelo próprio órgão;
- Controle Externo – Órgão Fiscalizador;
- E como funciona o Tribunal de Contas?



Controle

@Prof Igor Maciel

42

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- ❑ Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:
 - ❑ I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;
 - ❑ II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- ❑ III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;
- ❑ IV - realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades referidas no inciso II;

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- (...) VI - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;
- VIII - aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário;
- IX - assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;
- X - sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal;

FGV/OAB – XVI EXAME - 2015

O Estado X está ampliando a sua rede de esgotamento sanitário. Para tanto, celebrou contrato de obra com a empresa “Enge-X-Sane”, no valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). A fim de permitir a conclusão das obras, com a extensão da rede de esgotamento a quatro comunidades carentes, o Estado celebrou termo aditivo com a referida empresa, no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), custeados com recursos transferidos pela União, mediante convênio, elevando, assim, o valor total do contrato para R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).

Considerando que foram formuladas denúncias de sobre preço ao Tribunal de Contas da União, assinale a afirmativa correta.

FGV/OAB – XVI EXAME - 2015

- a) O Tribunal de Contas da União não tem competência para apurar eventual irregularidade, uma vez que se trata de obra pública estadual, devendo o interessado formular denúncia ao Tribunal de Contas do Estado.
- b) O Tribunal de Contas da União não tem competência para apurar eventual irregularidade, mas pode, de ofício, remeter os elementos da denúncia para o Tribunal de Contas do Estado.
- c) O Tribunal de Contas da União é competente para fiscalizar a obra e pode determinar, diante de irregularidades, a imediata sustação da execução do contrato impugnado.
- d) O Tribunal de Contas da União é competente para fiscalizar a obra e pode indicar prazo para que o órgão ou a entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade.

Gabarito Letra D.



@Prof Igor Maciel

47

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO



- ❑ Questão cobrou a dicção do artigo 71 da CF;

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

(...)

VI - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;

(...)

IX - assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;

X - sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal;



Controle

@Prof Igor Maciel

48



CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO

- Destaque-se que:
- A) O Tribunal de Contas da União possui competência para sustar atos administrativos, conforme inteligência do artigo 71, inciso X, da Constituição Federal:

Art. 71.
*X - sustar, se não atendido, a execução do **ato** impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal;*


Controle
 @Prof Igor Maciel

49



CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO

- Destaque-se que:
- B) O Tribunal de Contas da União não possui competência para sustar **CONTRATOS** ADMINISTRATIVOS;

Artigo 71.
§ 1º No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.

Artigo 71.
§ 2º Se o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a respeito.


Controle
 @Prof Igor Maciel

50



CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO

- Além disso:
- § 3º As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.
- § 4º O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.



Controle



@Prof Igor Maciel

51



CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO

- Recapitulando:

Súmula 347 – STF - O Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, pode apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do Poder Público.



Controle



@Prof Igor Maciel

52



CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO

- Professor, se for constatada uma irregularidade em um contrato administrativo, qualquer pessoa pode fazer uma denúncia ao Tribunal de Contas?
- Sim.
- Lei 8.666/93.
- Art. 113. O controle das despesas decorrentes dos contratos e demais instrumentos regidos por esta Lei será feito pelo Tribunal de Contas competente, na forma da legislação pertinente, ficando os órgãos interessados da Administração responsáveis pela demonstração da legalidade e regularidade da despesa e execução, nos termos da Constituição e sem prejuízo do sistema de controle interno nela previsto.


Controle
 @Prof Igor Maciel

53



CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO

§ 1o Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar ao Tribunal de Contas ou aos órgãos integrantes do sistema de controle interno contra irregularidades na aplicação desta Lei, para os fins do disposto neste artigo.

- O que mais a pessoa física pode fazer?
- Representar ao Ministério Público por ato de improbidade, por exemplo.
- Lei 8.429/92
- Art. 14. Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.


Controle
 @Prof Igor Maciel

54



CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO

- E o cidadão?
- Lei 4.717/65
- Ação popular – Cidadão vai diretamente à Justiça;



Controle

 @Prof Igor Maciel

55



CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO

- Mas professor, imagine que para poder entrar com uma ação discutindo algum possível ilícito da Administração Pública, a pessoa necessite de uma informação.
- Como ela poderá obter?

CF. Artigo 5º.

XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

- a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;*
- b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;*



Controle

 @Prof Igor Maciel

56



CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO

- Mas professor, imagine que para poder entrar com uma ação discutindo algum possível ilícito da Administração Pública, a pessoa necessite de uma informação.
- Como ela poderá obter?

CF. Artigo 5º.
XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:
a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;
b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;


 @Prof Igor Maciel

57



LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

- Lei 12.527/2011
- Administração Pública Direta e Indireta;
- Entidades Privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos;
- A todos são assegurados, portanto, o acesso à informação;


 @Prof Igor Maciel

58



LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

- Art. 10. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no art. 1o desta Lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida.
- E os documentos sigilosos?



Controle



@Prof Igor Maciel

59



LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

- Art. 10. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no art. 1o desta Lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida.
- E os documentos sigilosos?



Controle



@Prof Igor Maciel

60



LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

- Artigo 7º.
- § 1o O acesso à informação previsto no caput não compreende as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- § 2o Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.


Controle

@Prof Igor Maciel

61



LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

- E o que são informações sigilosas?
- Art. 23. São consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam:
 - I - pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional;
 - II - prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País, ou as que tenham sido fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais;


Controle

@Prof Igor Maciel

62



LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

- E o que são informações sigilosas?
- III - pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população;
- IV - oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País;
- V - prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicos das Forças Armadas;



Controle



@Prof Igor Maciel

63



LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

- E o que são informações sigilosas?
- VI - prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional;
- VII - pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares; ou
- VIII - comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações.



Controle



@Prof Igor Maciel

64

LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

- As cópias são gratuitas?

Art. 12. O serviço de busca e fornecimento da informação é gratuito, salvo nas hipóteses de reprodução de documentos pelo órgão ou entidade pública consultada, situação em que poderá ser cobrado exclusivamente o valor necessário ao ressarcimento do custo dos serviços e dos materiais utilizados.

Parágrafo único. Estará isento de ressarcir os custos previstos no caput todo aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei no 7.115, de 29 de agosto de 1983.

INTERVALO

Igor Maciel

Advogado. Mestre em Direito pelo UNICEUB/DF.



profigormaciel@gmail.com



@ Prof Igor Maciel

LICITAÇÕES



67



DISPENSA E INEXIGIBILIDADE

- Qual a diferença então entre licitação dispensada, licitação dispensável e licitação inexigível?
 - Licitação dispensada é a que a lei determina que se faça sem licitação;
 - Dispensável é a que a lei permite fazer sem a licitação; e
 - Inexigível é aquela em que a licitação é logicamente inviável;



68



DISPENSA E INEXIGIBILIDADE

- Quais as hipóteses de dispensa de licitação?
- Licitação dispensável;
- A licitação é possível mas a lei permite que o administrador a dispense (licita se quiser);
- Artigo 24, Lei 8.666/93;
- Vários incisos – o candidato precisa ler todos;
- As bancas costumam cobrar o decoreba, infelizmente;

Licitações Públicas
@Prof Igor Maciel

69



DISPENSA E INEXIGIBILIDADE

- Art. 24. É dispensável a licitação:
 - Fundamento: o custo da realização do certame pode ser maior que o próprio objeto do contrato;
 - Incisos I e II;

Licitações Públicas
@Prof Igor Maciel

70



DISPENSA E INEXIGIBILIDADE

Art. 24. É dispensável a licitação:

I - para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;

10% - Valor Convite;

Decreto 9.412/2018 - R\$. 33.000,00 (obras e serviços de engenharia);

Licitações Públicas
@Prof Igor Maciel

71



DISPENSA E INEXIGIBILIDADE

Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

10% - Valor Convite;

Decreto 9.412/2018 - R\$. 17.600,00 (demais compras e serviços)

Licitações Públicas
@Prof Igor Maciel

72



DISPENSA E INEXIGIBILIDADE

Art. 24. É dispensável a licitação:

Fundamento: demora do procedimento é incompatível com urgência; outras situações especiais;

Incisos III e IV;

Licitações Públicas
@Prof Igor Maciel

73



DISPENSA E INEXIGIBILIDADE

Art. 24. É dispensável a licitação:

III - nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem;

Licitações Públicas
@Prof Igor Maciel

74



DISPENSA E INEXIGIBILIDADE

Art. 24. É dispensável a licitação:

*IV - nos casos de **emergência ou de calamidade pública**, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, **e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa** e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, **vedada a prorrogação dos respectivos contratos**;*

Licitações Públicas
@Prof Igor Maciel

75



DISPENSA E INEXIGIBILIDADE

Licitação Deserta;

Art. 24. É dispensável a licitação:

*V - quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, **mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas**;*

Licitações Públicas
@Prof Igor Maciel

76



DISPENSA E INEXIGIBILIDADE

- Várias outras hipóteses;
- Importante que o aluno leia todas;

Licitações Públicas
@Prof Igor Maciel

77



DISPENSA E INEXIGIBILIDADE

- Exemplo – Cai muito em prova!
- Art. 24. É dispensável a licitação:

X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;

Licitações Públicas
@Prof Igor Maciel

78



DISPENSA E INEXIGIBILIDADE

- As hipóteses de **inexigibilidade** de licitação versam sobre situações de licitação impossível, visto que são casos de inviabilidade de competição.
- Falta um dos pressupostos para a licitação.
- Na inexigibilidade a competição é inviável, em face da singularidade do bem ou serviço.
- O bem pode ser singular em sentido absoluto, em razão do evento externo ou por força da sua natureza íntima.
- Já o serviço singular é o que se reveste de determinadas características (científicas, técnicas ou artísticas).

Licitações Públicas
@Prof Igor Maciel

79



DISPENSA E INEXIGIBILIDADE

- Inexigibilidade de licitação;**
- Competição inviável;
- Singularidade do bem ou serviço;
- Hipóteses previstas no artigo 25, da Lei 8.666/93 (rol não exaustivo);

Licitações Públicas
@Prof Igor Maciel

80



DISPENSA E INEXIGIBILIDADE

Lembrando

DISPENSA	INEXIGIBILIDADE
<p>Aqui o administrador tem o poder discricionário (faculdade) de escolher entre licitar ou dispensar a licitação.</p>	<p>Aqui o administrador se depara com hipóteses nas quais a licitação resta impossível, por lhe faltar o pressuposto lógico, a competição.</p>

Licitações Públicas
@Prof Igor Maciel

81



DISPENSA E INEXIGIBILIDADE

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

*1 - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial **exclusivo**, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;*

Licitações Públicas
@Prof Igor Maciel

82



DISPENSA E INEXIGIBILIDADE

- Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:
 - II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de **natureza singular**, com profissionais ou empresas de **notória especialização**, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;*
- Não basta o serviço estar listado no artigo 13;
- É necessário que a complexidade, a relevância e o interesse públicos em jogo tornem o serviço singular, de modo a exigir a contratação de profissional notoriamente especializado;

Licitações Públicas
@Prof Igor Maciel

83



DISPENSA E INEXIGIBILIDADE

- E o que seria notória especialização?
 - Artigo 25
§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Licitações Públicas
@Prof Igor Maciel

84



DISPENSA E INEXIGIBILIDADE

Quais os serviços previstos no artigo 13?

Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

- I - estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos;
- II - pareceres, perícias e avaliações em geral;
- III - assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;
- IV - fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;

Licitações Públicas
@Prof Igor Maciel

85



DISPENSA E INEXIGIBILIDADE

Quais os serviços previstos no artigo 13?

- V - patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;
- VI - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
- VII - restauração de obras de arte e bens de valor histórico.

Licitações Públicas
@Prof Igor Maciel

86



DISPENSA E INEXIGIBILIDADE

- É possível a contratação por inexigibilidade de serviços de publicidade?
- A princípio, poderíamos encaixar em um serviço com notória especialização / natureza singular;
- Mas, corremos o risco de o ente público contratar apenas o marqueteiro da campanha política;

Licitações Públicas
@Prof Igor Maciel

87



DISPENSA E INEXIGIBILIDADE

- É possível a contratação por inexigibilidade de serviços de publicidade?
- Assim, a lei expressamente vedou esta possibilidade;

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

*II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, **vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;***

Licitações Públicas
@Prof Igor Maciel

88



DISPENSA E INEXIGIBILIDADE

- Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:
 - III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.*
- Competição impossível.
- Profissional consagrado;
- Greyfy Brauli ou Pink Floyd? Wesley Safadão ou Mike dos Teclados?

Licitações Públicas
@Prof Igor Maciel

89



DISPENSA E INEXIGIBILIDADE

- Professor, em caso de dispensa ou inexigibilidade, ainda assim será necessário um procedimento administrativo?**
- Sim.
- Ainda que inexigível ou dispensada, será necessário processo administrativo.
- Há doutrinadores que pregam uma necessidade ainda maior de processo administrativo – provar para a sociedade que a dispensa / inexigibilidade é pertinente ao interesse público;

Licitações Públicas
@Prof Igor Maciel

90





NC – UFPR – CÂMARA DE QUITANDINHA/PR – PROCURADOR – 2018

A Lei 8.666/93 prevê a exigência de licitação para obras, serviços, compras, alienações, concessões, permissões e locações efetuadas pela Administração Pública com terceiros. A exigência de licitação decorre da necessidade de obtenção da melhor contratação, com escolha da proposta mais vantajosa à Administração.

Em relação à licitação, é **INCORRETO** afirmar:



Licitações Públicas
@Prof Igor Maciel

91



A) Ocorrerá a inexigibilidade para contratação de serviços técnicos de natureza singular, serviços de publicidade e serviços de divulgação, desde que consagrados pela crítica especializada ou pela opinião pública.

B) Ocorrerá a inexigibilidade de licitação quando não há possibilidade de competição, porque só existe um objeto ou uma pessoa que atenda às necessidades da Administração.

C) A inviabilidade de competição pode ocorrer nas seguintes situações: ausência de alternativas, ausência de mercado concorrencial, ausência de objetividade na seleção do objeto e ausência de definição objetiva da prestação a ser executada.

D) A inexigibilidade de licitação será efetuada através de um procedimento com a observância dos princípios que regem a Administração, buscando a seleção do contrato mais adequado e vantajoso para a Administração.

E) É inexigível a licitação para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.



92

A) Ocorrerá a inexigibilidade para contratação de serviços técnicos de natureza singular, serviços de publicidade e serviços de divulgação, desde que consagrados pela crítica especializada ou pela opinião pública.

B) Ocorrerá a inexigibilidade de licitação quando não há possibilidade de competição, porque só existe um objeto ou uma pessoa que atenda às necessidades da Administração.

C) A inviabilidade de competição pode ocorrer nas seguintes situações: ausência de alternativas, ausência de mercado concorrencial, ausência de objetividade na seleção do objeto e ausência de definição objetiva da prestação a ser executada.

D) A inexigibilidade de licitação será efetuada através de um procedimento com a observância dos princípios que regem a Administração, buscando a seleção do contrato mais adequado e vantajoso para a Administração.

E) É inexigível a licitação para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

93

FCC – PGM CARUARU - 2018

Nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, é

94

- A) inexigível a licitação para a contratação de serviços de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, de natureza singular, com empresa de notória especialização.
- B) dispensável a licitação para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo.
- C) dispensável a licitação para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública, que tenha sido criado para esse fim específico, a qualquer tempo, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.
- D) inexigível a licitação quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- E) dispensável a licitação na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição com fins lucrativos dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional.

95

- A) inexigível a licitação para a contratação de serviços de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, de natureza singular, com empresa de notória especialização.**
- B) **dispensável** a licitação para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo.
- C) dispensável a licitação para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública, que tenha sido criado para esse fim específico, **a qualquer tempo**, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado. **(CRIADA ANTERIORMENTE À LEI 8.666)**
- D) **inexigível** a licitação quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- E) dispensável a licitação na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição **com** fins lucrativos dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional.

96

DESAPROPRIAÇÃO



Desapropriação

@Prof Igor Maciel

97



FGV OAB – XIII EXAME - 2014

Acerca da desapropriação, assinale a afirmativa correta.

- a) Na desapropriação por interesse social, o expropriante tem o prazo de cinco anos, contados da edição do decreto, para iniciar as providências de aproveitamento do bem expropriado.
- b) Na desapropriação por interesse social, em regra, não se exige o requisito da indenização prévia, justa e em dinheiro.
- c) O município pode desapropriar um imóvel por interesse social, mediante indenização prévia, justa e em dinheiro.
- d) A desapropriação para fins de reforma agrária da propriedade que não esteja cumprindo a sua função social não será indenizada.



Desapropriação

@Prof Igor Maciel

98

DESAPROPRIAÇÃO ORDINÁRIA

- Necessidade, utilidade pública ou interesse social;
- Exigem prévia indenização em dinheiro;

CF. Art. 5º

XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;



Desapropriação

@Prof Igor Maciel

99

DESAPROPRIAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

- Decorrem do inadequado aproveitamento do solo urbano ou (artigo 182, CF);
- Da improdutividade do imóvel rural (Artigo 184, CF);



Desapropriação

@Prof Igor Maciel

100



FGV OAB – XIII EXAME - 2014

Acerca da desapropriação, assinale a afirmativa correta.

- a) Na desapropriação por interesse social, o expropriante tem o prazo de cinco anos, contados da edição do decreto, para iniciar as providências de aproveitamento do bem expropriado.
- b) Na desapropriação por interesse social, em regra, não se exige o requisito da indenização prévia, justa e em dinheiro.
- c) O município pode desapropriar um imóvel por interesse social, mediante indenização prévia, justa e em dinheiro.**
- d) A desapropriação para fins de reforma agrária da propriedade que não esteja cumprindo a sua função social não será indenizada.



Desapropriação

@Prof Igor Maciel

101



FGV OAB – XII EXAME - 2013

O Município de Barra Alta realizou a desapropriação de grande parcela do imóvel de Manoel Silva e deixou uma parcela inaproveitável para o proprietário. No caso descrito, o proprietário obterá êxito se pleitear

- a) a reintegração de posse de todo o imóvel em função da má-fé do Município.
- b) o direito de extensão da desapropriação em relação à área inaproveitável.
- c) a anulação da desapropriação em relação à parcela do imóvel suficiente para tornar a área restante economicamente aproveitável.
- d) a anulação integral da desapropriação, pois a mesma foi ilegal.



Desapropriação

@Prof Igor Maciel

102



FGV OAB – XII EXAME - 2013

O Município de Barra Alta realizou a desapropriação de grande parcela do imóvel de Manoel Silva e deixou uma parcela inaproveitável para o proprietário. No caso descrito, o proprietário obterá êxito se pleitear

- a) a reintegração de posse de todo o imóvel em função da má-fé do Município.
- b) o direito de extensão da desapropriação em relação à área inaproveitável.**
- c) a anulação da desapropriação em relação à parcela do imóvel suficiente para tornar a área restante economicamente aproveitável.
- d) a anulação integral da desapropriação, pois a mesma foi ilegal.



Desapropriação

@Prof Igor Maciel

103



FGV OAB – XII EXAME - 2013

Contestação na Desapropriação:

DL 3.365/41

Art. 20. A contestação só poderá versar sobre vício do processo judicial ou impugnação do preço; qualquer outra questão deverá ser decidida por ação direta.

Exceção

Direito de extensão



Desapropriação

@Prof Igor Maciel

104



FGV OAB – XI EXAME - 2013

Após regular procedimento de desapropriação, fundado no Decreto Lei n. 3.365/41, um Estado da Federação assume o domínio do imóvel anteriormente titularizado por Gilberto. A desapropriação foi realizada com a finalidade de construir uma escola pública no local (Art. 5º, 'm', do Decreto Lei n. 3.365 / 41).

No entanto, após algum tempo, Gilberto descobre que a utilização do imóvel foi transferida, sem qualquer formalidade, ao diretório regional do partido do governador do Estado. Indignado com a situação, Gilberto procura um advogado para orientá-lo.

Nesse caso, assinale a afirmativa que indica o correto esclarecimento a ser dado pelo advogado.



Desapropriação

@Prof Igor Maciel

105



FGV OAB – XI EXAME - 2013

a) A conduta do Estado não é vedada pelo ordenamento jurídico, não obstante a destinação diversa dada ao imóvel.

b) A conduta do Estado não é passível de controle judicial, porque diz respeito ao mérito administrativo, o que é vedado segundo nosso ordenamento jurídico.

c) Uma demanda judicial deve ser ajuizada, visando declarar a nulidade do ato de desapropriação ao argumento de ocorrência de tredestinação ilícita.

d) O ato não pode ser invalidado judicialmente, somente restando a Gilberto ajuizar uma demanda, postulando reparação pelos danos materiais e morais sofridos.



Desapropriação

@Prof Igor Maciel

106



FGV OAB – XI EXAME - 2013

- a) A conduta do Estado não é vedada pelo ordenamento jurídico, não obstante a destinação diversa dada ao imóvel.
- b) A conduta do Estado não é passível de controle judicial, porque diz respeito ao mérito administrativo, o que é vedado segundo nosso ordenamento jurídico.
- c) Uma demanda judicial deve ser ajuizada, visando declarar a nulidade do ato de desapropriação ao argumento de ocorrência de tredestinação ilícita.**
- d) O ato não pode ser invalidado judicialmente, somente restando a Gilberto ajuizar uma demanda, postulando reparação pelos danos materiais e morais sofridos.



Desapropriação

 @Prof Igor Maciel

107



FGV OAB – VII EXAME - 2012

A empresa pública federal X, que atua no setor de pesquisas petroquímicas, necessita ampliar sua estrutura, para a construção de dois galpões industriais. Para tanto, decide incorporar terrenos contíguos a sua atual unidade de processamento, mediante regular processo de desapropriação.

A própria empresa pública declara aqueles terrenos como de utilidade pública e inicia as tratativas com os proprietários dos terrenos – que, entretanto, não aceitam o preço oferecido por aquela entidade. Nesse caso,



Desapropriação

 @Prof Igor Maciel

108



FGV OAB – VII EXAME - 2012

- a) se o expropriante alegar urgência e depositar a quantia arbitrada de conformidade com a lei, terá direito a imitir-se provisoriamente na posse dos terrenos.
- b) a desapropriação não poderá consumir-se, tendo em vista que não houve concordância dos titulares dos terrenos.
- c) a desapropriação demandará a propositura de uma ação judicial e, por não haver concordância dos proprietários, a contestação poderá versar sobre qualquer matéria.
- d) os proprietários poderão opor-se à desapropriação, ao fundamento de que a empresa pública não é competente para declarar um bem como de utilidade pública.



Desapropriação

@Prof Igor Maciel

109



FGV OAB – VII EXAME - 2012

- a) se o expropriante alegar urgência e depositar a quantia arbitrada de conformidade com a lei, terá direito a imitir-se provisoriamente na posse dos terrenos.
- b) a desapropriação não poderá consumir-se, tendo em vista que não houve concordância dos titulares dos terrenos.
- c) a desapropriação demandará a propositura de uma ação judicial e, por não haver concordância dos proprietários, a contestação poderá versar sobre qualquer matéria.
- d) os proprietários poderão opor-se à desapropriação, ao fundamento de que a empresa pública não é competente para declarar um bem como de utilidade pública.**



Desapropriação

@Prof Igor Maciel

110



FGV OAB – IX EXAME - 2012

A desapropriação é um procedimento administrativo que possui duas fases: a primeira, denominada declaratória e a segunda, denominada executória. Quanto à fase declaratória, assinale a afirmativa correta.

- a) Acarreta a aquisição da propriedade pela Administração, gerando o dever de justa indenização ao expropriado.
- b) Importa no início do prazo para a ocorrência da caducidade do ato declaratório e gera, para a Administração, o direito de penetrar no bem objeto da desapropriação.
- c) Implica a geração de efeitos, com o titular mantendo o direito de propriedade plena, não tendo a Administração direitos ou deveres.
- d) Gera o direito à imissão provisória na posse e o impedimento à desistência da desapropriação.



Desapropriação

@Prof Igor Maciel

111



FGV OAB – IX EXAME - 2012

A desapropriação é um procedimento administrativo que possui duas fases: a primeira, denominada declaratória e a segunda, denominada executória. Quanto à fase declaratória, assinale a afirmativa correta.

- a) Acarreta a aquisição da propriedade pela Administração, gerando o dever de justa indenização ao expropriado.
- b) Importa no início do prazo para a ocorrência da caducidade do ato declaratório e gera, para a Administração, o direito de penetrar no bem objeto da desapropriação.**
- c) Implica a geração de efeitos, com o titular mantendo o direito de propriedade plena, não tendo a Administração direitos ou deveres.
- d) Gera o direito à imissão provisória na posse e o impedimento à desistência da desapropriação.



Desapropriação

@Prof Igor Maciel

112



DESAPROPRIAÇÃO - FASES

- Declarado o interesse do Estado em desapropriar determinado bem, caberá alguma indenização ao proprietário?**
- Não. A fase declaratória da desapropriação dá início ao procedimento de desapropriação, indicando-se, no decreto expropriatório, os fundamentos, o sujeito passivo, o objeto e a destinação a ser dada ao bem.
- Inexiste nesta etapa qualquer transferência do bem para o Poder Público. Em verdade, o bem permanece com o proprietário, com todos os poderes inerentes ao direito de propriedade.
- Sendo assim, não assiste direito de indenização ao proprietário pela mera declaração de necessidade ou utilidade pública do bem a ser desapropriado.

 **Desapropriação**
 @Prof Igor Maciel

113



DESAPROPRIAÇÃO - FASES

- Efeitos da declaração (ALEXANDRINO):**
 - Sujeição do imóvel à força expropriatória do Estado;
 - Fixação do Estado do bem (benfeitorias de mero deleite ou voluptuárias feitas após a declaração não serão indenizáveis. Benfeitorias necessárias sempre serão indenizáveis. Benfeitorias úteis apenas serão indenizáveis se autorizadas pela Administração – artigo 26, parágrafo 1o, Decreto 3.365/41).
 - Direito de o Estado adentrar no imóvel declarado, após prévia autorização judicial;
 - Fixação do termo inicial para o prazo de caducidade da declaração;

 **Desapropriação**
 @Prof Igor Maciel

114



DESAPROPRIAÇÃO - FASES

- E os juros na desapropriação, como funcionam?
- Art. 15-A No caso de imissão prévia na posse, na desapropriação por necessidade ou utilidade pública e interesse social, inclusive para fins de reforma agrária, havendo divergência entre o preço ofertado em juízo e o valor do bem, fixado na sentença, expressos em termos reais, incidirão juros compensatórios de até seis por cento ao ano sobre o valor da diferença eventualmente apurada, **a contar da imissão na posse**, vedado o cálculo de juros compostos.



Desapropriação

@Prof Igor Maciel

115



FGV OAB – IX EXAME - 2012

Acerca do Instituto da Desapropriação, assinale a afirmativa correta.

- a) A desapropriação do espaço aéreo ou do subsolo só se tornará necessária, quando de sua utilização resultar prejuízo patrimonial do proprietário do solo.
- b) Em casos de urgência, é possível a imissão provisória do expropriante na posse dos bens, não sendo exigível o seu registro junto ao registro de imóveis competente, muito menos o depósito de valores.
- c) Os concessionários de serviços públicos e os estabelecimentos de caráter público ou que exerçam funções delegadas de poder público poderão promover desapropriações, por decreto do Presidente da República.
- d) Os bens expropriados, incorporados à Fazenda Pública, podem ser objeto de reivindicação, desde que fundada em nulidade do processo de desapropriação.



Desapropriação

@Prof Igor Maciel

116



FGV OAB – IX EXAME - 2012

Acerca do Instituto da Desapropriação, assinale a afirmativa correta.

a) A desapropriação do espaço aéreo ou do subsolo só se tornará necessária, quando de sua utilização resultar prejuízo patrimonial do proprietário do solo.

b) Em casos de urgência, é possível a imissão provisória do expropriante na posse dos bens, não sendo exigível o seu registro junto ao registro de imóveis competente, muito menos o depósito de valores.

c) Os concessionários de serviços públicos e os estabelecimentos de caráter público ou que exerçam funções delegadas de poder público poderão promover desapropriações, por decreto do Presidente da República.

d) Os bens expropriados, incorporados à Fazenda Pública, podem ser objeto de reivindicação, desde que fundada em nulidade do processo de desapropriação.



Desapropriação

@Prof Igor Maciel

117



FGV OAB – IX EXAME - 2012

Previsão específica do DL 3.365/41:

Art. 2o Mediante declaração de utilidade pública, todos os bens poderão ser desapropriados pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.

§ 1o A desapropriação do espaço aéreo ou do subsolo só se tornará necessária, quando de sua utilização resultar prejuízo patrimonial do proprietário do solo.



Desapropriação

@Prof Igor Maciel

118



FGV OAB – XVII EXAME - 2015

O Município W, durante a construção de avenida importante, ligando a região residencial ao centro comercial da cidade, verifica a necessidade de ampliação da área a ser construída, mediante a incorporação de terrenos contíguos à área já desapropriada, a fim de permitir o prosseguimento das obras. Assim, expede novo decreto de desapropriação, declarando a utilidade pública dos imóveis indicados, adjacentes ao plano da pista. Diante deste caso, assinale a opção correta.

- a) É válida a desapropriação, pelo Município W, de imóveis a serem demolidos para a construção da obra pública, mas não a dos terrenos contíguos à obra.
- b) Não é válida a desapropriação, durante a realização da obra, pelo Município W, de novos imóveis, qualquer que seja a finalidade.
- c) É válida, no curso da obra, a desapropriação, pelo Município W, de novos imóveis em área contígua necessária ao desenvolvimento da obra.
- d) Em relação às áreas contíguas à obra, a única forma de intervenção estatal da qual pode se valer o Município W é a ocupação temporária.



 @Prof Igor Maciel

119



FGV OAB – XVII EXAME - 2015

O Município W, durante a construção de avenida importante, ligando a região residencial ao centro comercial da cidade, verifica a necessidade de ampliação da área a ser construída, mediante a incorporação de terrenos contíguos à área já desapropriada, a fim de permitir o prosseguimento das obras. Assim, expede novo decreto de desapropriação, declarando a utilidade pública dos imóveis indicados, adjacentes ao plano da pista. Diante deste caso, assinale a opção correta.

- a) É válida a desapropriação, pelo Município W, de imóveis a serem demolidos para a construção da obra pública, mas não a dos terrenos contíguos à obra.
- b) Não é válida a desapropriação, durante a realização da obra, pelo Município W, de novos imóveis, qualquer que seja a finalidade.
- c) É válida, no curso da obra, a desapropriação, pelo Município W, de novos imóveis em área contígua necessária ao desenvolvimento da obra.**
- d) Em relação às áreas contíguas à obra, a única forma de intervenção estatal da qual pode se valer o Município W é a ocupação temporária.



 @Prof Igor Maciel

120



FGV OAB – IX EXAME - 2012

☐ Previsão específica do DL 3.365/41:

Art. 4o A desapropriação poderá abranger a área contígua necessária ao desenvolvimento da obra a que se destina, e as zonas que se valorizarem extraordinariamente, em consequência da realização do serviço. Em qualquer caso, a declaração de utilidade pública deverá compreendê-las, mencionando-se quais as indispensáveis à continuação da obra e as que se destinam à revenda.

Parágrafo único. Quando a desapropriação destinar-se à urbanização ou à reurbanização realizada mediante concessão ou parceria público-privada, o edital de licitação poderá prever que a receita decorrente da revenda ou utilização imobiliária integre projeto associado por conta e risco do concessionário, garantido ao poder concedente no mínimo o ressarcimento dos desembolsos com indenizações, quando estas ficarem sob sua responsabilidade. (Incluído pela Lei nº 12.873, de



Desapropriação

@Prof Igor Maciel

121



FGV OAB – XX EXAME - 2016

O Estado Beta pretende estabelecer ligação viária entre dois municípios contíguos em seu território. Para tanto, mostra-se necessária a desapropriação, por utilidade pública, de bem de propriedade de um dos municípios beneficiários da obra. Quanto à competência do Estado Beta para desapropriar bem público, assinale a afirmativa correta.

- a) O Estado Beta não tem competência para desapropriar, por utilidade pública, bem municipal.
- b) O Estado Beta não tem competência para desapropriar bens públicos.
- c) O Estado Beta poderá desapropriar sem qualquer providência preliminar.
- d) O Estado Beta poderá desapropriar mediante a respectiva autorização legislativa.



Desapropriação

@Prof Igor Maciel

122



FASE EXECUTÓRIA

Existe um princípio da hierarquia federativa na desapropriação?

Decreto 3.365/41

Artigo 2º.

§ 2º Os bens do domínio dos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios poderão ser desapropriados pela União, e os dos Municípios pelos Estados, mas, em qualquer caso, ao ato deverá preceder autorização legislativa.



Desapropriação

@Prof Igor Maciel

123



FGV OAB – XX EXAME - 2016

O Estado Beta pretende estabelecer ligação viária entre dois municípios contíguos em seu território. Para tanto, mostra-se necessária a desapropriação, por utilidade pública, de bem de propriedade de um dos municípios beneficiários da obra. Quanto à competência do Estado Beta para desapropriar bem público, assinale a afirmativa correta.

- a) O Estado Beta não tem competência para desapropriar, por utilidade pública, bem municipal.
- b) O Estado Beta não tem competência para desapropriar bens públicos.
- c) O Estado Beta poderá desapropriar sem qualquer providência preliminar.
- d) O Estado Beta poderá desapropriar mediante a respectiva autorização legislativa.**



Desapropriação

@Prof Igor Maciel

124



FGV OAB – XXIII EXAME - 2017

O Estado “X” pretende fazer uma reforma administrativa para cortar gastos. Com esse intuito, espera concentrar diversas secretarias estaduais em um mesmo prédio, mas não dispõe de um imóvel com a área necessária. Após várias reuniões com a equipe de governo, o governador decidiu desapropriar, por utilidade pública, um enorme terreno de propriedade da União para construir o edifício desejado. Sobre a questão apresentada, assinale a afirmativa correta.

- a) A União pode desapropriar imóveis dos Estados, atendidos os requisitos previstos em lei, mas os Estados não podem desapropriar imóveis da União.
- b) Para que haja a desapropriação pelo Estado “X”, é imprescindível que este ente federado demonstre, em ação judicial, estar presente o interesse público.
- c) A desapropriação é possível, mas deve ser precedida de autorização legislativa dada pela Assembleia Legislativa.
- d) A desapropriação é possível, mas deve ser precedida de autorização legislativa dada pelo Congresso Nacional.



Desapropriação

@Prof Igor Maciel

125



FGV OAB – XXIII EXAME - 2017

O Estado “X” pretende fazer uma reforma administrativa para cortar gastos. Com esse intuito, espera concentrar diversas secretarias estaduais em um mesmo prédio, mas não dispõe de um imóvel com a área necessária. Após várias reuniões com a equipe de governo, o governador decidiu desapropriar, por utilidade pública, um enorme terreno de propriedade da União para construir o edifício desejado. Sobre a questão apresentada, assinale a afirmativa correta.

- a) A União pode desapropriar imóveis dos Estados, atendidos os requisitos previstos em lei, mas os Estados não podem desapropriar imóveis da União.**
- b) Para que haja a desapropriação pelo Estado “X”, é imprescindível que este ente federado demonstre, em ação judicial, estar presente o interesse público.
- c) A desapropriação é possível, mas deve ser precedida de autorização legislativa dada pela Assembleia Legislativa.
- d) A desapropriação é possível, mas deve ser precedida de autorização legislativa dada pelo Congresso Nacional.



Desapropriação

@Prof Igor Maciel

126



FGV OAB – XXV EXAME - 2018

Em novembro de 2014, Josué decidiu gozar um período sabático e passou, a partir de então, quatro anos viajando pelo mundo. Ao retornar ao Brasil, foi surpreendido pelo fato de que um terreno de sua propriedade havia sido invadido, em setembro de 2015, pelo Município Beta, que nele construiu uma estação de tratamento de água e esgoto. Em razão disso, Josué procurou você para, na qualidade de advogado(a), traçar a orientação jurídica adequada, em consonância com o ordenamento vigente.

- A) Deve ser ajuizada uma ação possessória, diante do esbulho cometido pelo Poder Público municipal.
- B) Não cabe qualquer providência em Juízo, considerando que a pretensão de Josué está prescrita.
- C) Impõe-se que Josué aguarde que o bem venha a ser destinado pelo Município a uma finalidade alheia ao interesse público, para que, somente então, possa pleitear uma indenização em Juízo.
- D) É pertinente o ajuizamento de uma ação indenizatória, com base na desapropriação indireta, diante da incorporação do bem ao patrimônio público pela afetação.



Desapropriação

@Prof Igor Maciel

127



FGV OAB – XXV EXAME - 2018

Em novembro de 2014, Josué decidiu gozar um período sabático e passou, a partir de então, quatro anos viajando pelo mundo. Ao retornar ao Brasil, foi surpreendido pelo fato de que um terreno de sua propriedade havia sido invadido, em setembro de 2015, pelo Município Beta, que nele construiu uma estação de tratamento de água e esgoto. Em razão disso, Josué procurou você para, na qualidade de advogado(a), traçar a orientação jurídica adequada, em consonância com o ordenamento vigente.

- A) Deve ser ajuizada uma ação possessória, diante do esbulho cometido pelo Poder Público municipal.
- B) Não cabe qualquer providência em Juízo, considerando que a pretensão de Josué está prescrita.
- C) Impõe-se que Josué aguarde que o bem venha a ser destinado pelo Município a uma finalidade alheia ao interesse público, para que, somente então, possa pleitear uma indenização em Juízo.
- D) É pertinente o ajuizamento de uma ação indenizatória, com base na desapropriação indireta, diante da incorporação do bem ao patrimônio público pela afetação.**



Desapropriação

@Prof Igor Maciel

128

 **CONTATOS**

Igor Maciel

Advogado. Mestre em Direito pelo UNICEUB/DF.

 profigormaciel@gmail.com

   @ Prof Igor Maciel

 @ Prof. Igor Maciel

129



OBRIGADO
PROF. IGOR MACIEL



130



131